

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E O SOCIALISMO: UMA RELAÇÃO AMBÍGUA E/ OU “LETRA MORTA”?

*Paulo Giovanni Antonino Nunes*¹

Introdução

Em meados dos anos de 1870, alguns intelectuais brasileiros² entraram em contato com as idéias socialistas elaboradas por Karl Marx, mas foi Silvério Fontes, criador do *Círculo Socialista* na cidade de Santos, um dos primeiros a dar força orgânica a essas idéias no Brasil, tentando pô-las em prática.

No último quartel do século XIX, o Brasil inicia um incipiente processo de industrialização e, como conseqüência, começa a se organizar o movimento operário. Em 1890 surgem os primeiros partidos operários - que apesar de ter uma base geralmente local, ou quando muito estadual - a simples presença de organizações operárias de tipo político-partidárias no Brasil, representava uma mudança qualitativa no processo de formação do proletariado como classe. Os primeiros partidos operários do Brasil foram fundados pelos socialistas, influenciados pela II Internacional³.

De acordo com Hardman e Leonardi, o primeiro partido operário brasileiro foi fundado em fevereiro de 1890 na cidade do Rio de Janeiro. Participaram da fundação deste partido cerca de 120 operários, que para divulgar suas idéias fundaram o jornal *O Echo Popular*. Segundo os referidos autores: “a grande imprensa da época tentou ignorar o fato ou, então, reagir imediatamente acusando os trabalhadores de vinculação como o ‘socialismo alemão e o niilismo russo’”⁴.

Nos três primeiros anos da República no Brasil, houve a criação de vários grupos socialistas em diversos estados brasileiros. Foram publicados vários jornais e a maioria das capitais brasileiras tinha um grupo socialista organizado que se autodenominava de partido. E eram de fato, organizações de tipo político-partidário. Esses grupos ou partidos tinham uma vida política restrita a uma ou algumas localidades de determinada região, tais como São Paulo e Rio de Janeiro e alguns estados das Regiões Sul, Nordeste e Norte. Em agosto de 1892, depois de longos contatos por correspondência e encontros bilaterais, esses grupos socialistas reuniram-se no Rio de Janeiro para formar um único partido operário a nível

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <paulogantonino@hotmail.com>.

² Como Tobias Barreto e membros da Faculdade de Direito de São Paulo.

³ HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982, p. 242.

⁴ HARDMAN & LEONARDI, *História da indústria...*, p. 244-245.

nacional. Foi formado o Partido Operário do Brasil que passou a editar o jornal *O Socialista*, de vida efêmera⁵.

Em 1900 foi fundado em São Paulo o jornal socialista *Avanti!*, que passou a ser o principal veículo de organização e de propaganda das idéias socialistas no Brasil no início do século XX. Em 1902, o II Congresso Socialista Brasileiro, realizado em São, decidiu pela criação do Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁶.

O PSB beneficiou-se, durante alguns meses após a sua fundação, de uma situação onde a repressão às organizações operárias foi mais amena e eles podiam manter suas sedes e distribuir normalmente seus jornais. Mas, com a intensificação das greves a partir de 1903, as classes dominantes se inquietaram e, no ano seguinte, o governo de Rodrigues Alves promulgou leis cerceadoras da liberdade de expressão e de organização, reforçando o Código Penal de 1890, que já qualificava a greve como crime⁷.

Em 1906, realizou-se um Congresso Operário Brasileiro no Centro Galego do Rio de Janeiro. Segundo Rezende, “*Esse Congresso é expressivo para perceber a vitória de teses do anarcosindicalismo, pois nele adotou-se o sistema federativo de organização, tendo como modelo a Confédération Générale du Travail francesa*”⁸. Em 1908 foi organizada a Confederação Operária Brasileira (COB) representando cinquenta associações operárias e tinha o jornal *A Voz do Trabalhador* como sua publicação oficial. Então, a partir do referido Congresso o anarcosindicalismo, que defendia a “ação direta” como forma de luta e procurava manter os sindicatos desvinculados dos partidos políticos, passa a ser hegemônico no movimento sindical brasileiro, até a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922⁹. Sob a liderança dos anarcosindicalistas realizaram-se as duas maiores greves da Primeira República no Brasil, a de 1917, que paralisou cerca de 75 mil trabalhadores em São Paulo e a de 1919, na mesma cidade. Segundo Resende:

Essas greves marcaram uma fase importante do movimento operário e da sua capacidade de articulação. Geralmente suas reivindicações não

⁵ HARDMAN & LEONARDI, *História da indústria...*, p. 246-247.

⁶ Esse primeiro partido socialista não é homônimo do PSB fundado em 1947, pois é diferente a natureza de classe de ambos. O primeiro foi um partido operário, enquanto o segundo originou-se de uma cisão da União Democrática Nacional (UDN) efetuada pelos integrantes de uma fração denominada “Esquerda Democrática”. HARDMAN & LEONARDI, *História da indústria...*, p. 254. No entanto, o PSB terá um papel importante na conjuntura do pós-guerra por ser uma agremiação que defendia um socialismo democrático e processual. Sobre a trajetória deste PSB. Ver: GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa & VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. *Semeado a Democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, 1995.

⁷ HARDMAN & LEONARDI, *História da indústria...*, p. 255.

⁸ RESENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

⁹ Embora mantivesse a hegemonia dentro do movimento, o anarcosindicalismo não estava sozinho. Além da presença dos socialistas, que como vimos, vinha desde o final do século XIX, com suas propostas reformistas, tinha surgido também o sindicalismo cristão baseado na encíclica papal *Rerum novarum*.

*se restringiam às necessidades do setor produtivo; eram amplas, daí explicar-se porque, na maioria das vezes, contavam com a solidariedade da população urbana.*¹⁰

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em março de 1922 por representantes dos grupos existentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Niterói, Cruzeiro, na maioria, ex-militantes anarquistas. O Partido surge como defensor da unidade sindical como condição básica para êxito da luta política. Considerava-se na frente das concepções anarquistas, pois estes eram vistos como sectários e atrelados a uma concepção pequeno-burguesa da luta política. Em 1924, o PCB foi aceito pela Internacional Comunista¹¹. Ele colocava-se com a função de “*promover o entendimento, a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe, para a conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista*”¹².

Após um período de disputa acirrada entre anarcosindicalistas e comunistas pela hegemonia no movimento sindical brasileiro, esta disputa é vencida pelos comunistas, que têm o marxismo-leninismo como referência teórica, de acordo com as formulações da chamada III Internacional, à qual o PCB é filiado, como vimos, e procuram adotar estes princípios na realidade brasileira.

Os aspectos essenciais do que se convencionou chamar de marxismo-leninismo dizem respeito ao processo de revolução; ao papel do proletariado nesta revolução e ao partido de vanguarda. Cada partido ligado a essa vertente teórica elabora seus princípios de forma variada, baseado em diferentes autores, entre os quais, Marx, Engels, Lênin, Stalin, Mao Tsé-Tung e Che Guevara. Mesmo os modelos revolucionários apresentando diferenças, todos enfatizam esse três postulados. Quanto ao processo da revolução, os principais teóricos do marxismo-leninismo, consideram que a revolução socialista é inevitável. Além de inevitável ela seria realizada por uma determinada classe social, o proletariado, que seria guiado por um partido de vanguarda, detentor da teoria e capaz de esclarecer e guiar o proletariado na marcha da revolução¹³. No Brasil estes postulados foram assumidos integralmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por todas as dissidências que aderiram à luta armada durante a ditadura militar no país.

Nos anos de 1980 surge um novo partido de esquerda, que se afirma socialista, o Partido dos Trabalhadores (PT), mas sem se definir como marxista, e passa, a partir daí, a hegemonizar o campo de esquerda no país até os dias atuais. Também é o primeiro partido de esquerda que chega a conquistar a presidência da República no Brasil, fato que aconteceu em 2002, através de eleição.

¹⁰ RESENDE, *História do movimento...*, p. 22.

¹¹ RESENDE, *História do movimento...*, p. 24.

¹² KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987, p. 167.

¹³ REIS FILHO, Daniel A. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 107.

Este artigo tem como objetivo principal analisar a relação teórica e prática do PT com as idéias socialistas.

O Partido dos Trabalhadores: formação e base social¹⁴

O Partido dos Trabalhadores é fruto da ação política dos movimentos sociais que entraram em cena na política brasileira no período da transição para a democracia, que se inicia em meados da década de 1970¹⁵, com a “transição lenta e gradual” do governo Geisel e termina, de forma definitiva, em 1989 com a realização da primeira eleição direta depois de três décadas¹⁶.

Em 1979, o regime militar promoveu uma reforma partidária, permitindo a volta do pluripartidarismo. Após a reforma, foram criados o Partido dos Trabalhadores, liderado pelo líder metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula; o Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola; o Partido Trabalhista Brasileiro, que ficou sob a liderança de Ivete Vargas, após uma longa briga judicial com Leonel Brizola, que também reivindicava esta sigla histórica do trabalhismo; a ARENA transformou-se em Partido Democrático Social, e continuou como partido do governo e o MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro, continuando como o maior partido de oposição ao Regime Militar até o seu fim, em 1984.

A idéia de criação de um partido de trabalhadores foi oficialmente lançada como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins - SP, em janeiro de 1979. Os delegados presentes defenderam que a discussão sobre a fundação do novo partido deveria ser aprofundada através do debate nacional mantido com trabalhadores e setores progressistas.

A formação do PT foi discutida mais uma vez, em junho de 1979, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado na cidade de Poços de Caldas - MG. Havia

¹⁴ Neste item retomamos parcialmente os argumentos e a narrativa da introdução de meu livro: NUNES, Paulo Giovanni Antonino. *O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980-2000)*. João Pessoa: Sal da Terra, 2003.

¹⁵ Os movimentos da sociedade civil, que lutaram contra a ditadura militar, vão ter um papel fundamental na construção do Partido dos Trabalhadores, especificamente, o movimento sindical, os movimentos populares ligados à Igreja Católica e o movimento estudantil, que tinha uma atuação vinculada às organizações de esquerda clandestina.

¹⁶ A transição terá várias fases, uma primeira, denominada de “distensão”, durante o governo do General Geisel, onde praticamente toda a iniciativa parte do governo que tem um controle parcial do processo. Durante o governo do General Figueiredo, foi denominada de “abertura”. Nesta fase, pela própria dinâmica do processo, o governo começou a perder o controle da situação, com o surgimento dos novos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical. Contudo, o governo só perde a iniciativa do processo com o advento das eleições diretas para governadores de Estado em 1982. Com a eleição indireta, via Colégio Eleitoral, do civil oposicionista, Tancredo Neves, para Presidente da República, em 1984, pode-se dizer que a ditadura acabou, pois houve alternância de poder e no governo de José Sarney, substituto de Tancredo Neves, que morreu, antes mesmo de assumir o cargo, foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte. Todavia, mesmo com o fim da ditadura militar e o início do governo civil, o processo de redemocratização só se completou definitivamente com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização das eleições diretas para Presidente da República, em 1989.

discordância quanto ao momento de fundar o Partido, mas todos concordavam que a proposta devia ser discutida pelas bases.

A partir do Encontro de Poços de Caldas, o ritmo das discussões foi acelerado. Neste mesmo mês, aconteceu uma reunião em São Bernardo com líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB, para discutir a fundação do Partido. No dia 26 de junho, Lula anunciou em Belo Horizonte que uma primeira versão do programa do Partido seria distribuída para ser discutida com os operários. Mas, neste pronunciamento, ele não se referia apenas às bases sindicais, mas também às associações de bairro. Para ele, um partido dos trabalhadores seria um partido de todos os assalariados, procurando se distanciar da idéia do PT como um partido dos sindicatos.

Em outubro de 1979, no restaurante São Judas Tadeu, num Encontro, do qual participaram cerca de cem pessoas - intelectuais, parlamentares e líderes sindicais - foi decidido estruturar o PT como organização partidária, aprovou-se uma Declaração Política e um documento chamado *Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento* e formou-se a Comissão de Organização do Movimento Pró-PT, composta por dezesseis membros, dos quais quatorze eram sindicalistas, oito deles presidentes de sindicatos. Apenas um parlamentar estava nela incluído, o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Edson Khair.

No dia 10 de fevereiro de 1980, foi formalmente fundado o Partido dos Trabalhadores, no Encontro Nacional realizado no Colégio Sion, em São Paulo, no qual estiveram presentes cerca de mil pessoas, representantes dos núcleos do Movimento Pró-PT de dezessete estados. Neste encontro, foi aprovado o Manifesto do Partido dos Trabalhadores, assinada a ata de fundação e eleita a Comissão Nacional Provisória. No dia 11 de fevereiro de 1982, foi concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o registro provisório do Partido dos Trabalhadores.

Keck, considera que alguns fatores contribuíram para a formação do PT. Em primeiro lugar, o surgimento de lideranças trabalhistas conhecidas nacionalmente, tendo como núcleo central São Paulo, particularmente Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e líder das primeiras grandes greves do final da década de setenta. Em segundo lugar, uma base de massa que já se manifestara em São Paulo no final dos anos setenta, nas greves e lutas sociais. Mas, a referida autora também considera que estes dois elementos não são suficientes para explicar o surgimento de um partido com as características do PT, numa conjuntura que ainda conservava muitos elementos do regime autoritário. Para ela, outros elementos foram importantes para a formação do PT, como a preparação do terreno para seu lançamento pela esquerda organizada, cuja visibilidade crescente no plano público no final dos anos 70 ajudou a ampliar a possibilidade de que um espaço à esquerda do espectro político viesse a ser ocupado¹⁷. E também o fato de que, à medida que se consolidava o processo

¹⁷ Para uma análise de disputa de hegemonia no meio sindical e no campo da esquerda entre o nascente PT e o PCB, com a vitória do PT, que passou a representar as forças mais dinâmicas vinculadas à esquerda, e, a conseqüente derrota do PCB, que devido sua política de “frente única”, objetivando garantir a redemocratização de forma lenta e gradual buscando, desta forma,

de criação do Partido dos Trabalhadores, um grupo de deputados estaduais da esquerda do (P) MDB em São Paulo sentiu-se aos poucos marginalizado da liderança do Partido e filiou-se ao PT no início dos anos 80. Estes parlamentares forneceram-lhe um apoio essencial em termos logísticos e de infra-estrutura durante o período de sua legalização¹⁸.

Os líderes sindicais tiveram participação essencial na formação do PT, porém não se pode desvalorizar a participação de outros setores que a eles se juntaram para construir o Partido. Os sindicalistas foram o principal grupo político presente na fundação do Partido dos Trabalhadores. A posição de maior projeção que a chefia de organizações sociais conferiu a seus dirigentes, pesou na formação inicial do PT, tanto que, já em sua Comissão Provisória, formada em outubro de 1979, nove dos dezessete membros eram presidentes ou diretores de sindicatos, o que representava 60% da mesma, contra apenas um parlamentar, que representava 6%¹⁹.

Rodrigues, afirma que as análises sobre o PT enfatizam excessivamente o peso dos sindicalistas na formação do Partido e dão pouca atenção às organizações católicas que tiveram um papel decisivo na viabilização do Partido em todo o país, ajudando na formação de diretórios e, posteriormente, nas eleições em favor de candidatos petistas. Para o autor, o apoio da Igreja e de suas organizações, embora não de modo oficial, manifestou-se desde os primeiros momentos da formação do Partido. Além dos setores mais progressistas e das tendências ligados à Teologia da Libertação, personalidades ligadas às tendências mais tradicionais, vindas do antigo Partido Democrata Cristão, também aderiram ao PT²⁰. Enfim, segundo ele, “a Igreja Católica foi um fator decisivo tanto na formação como no crescimento posterior do PT”²¹.

Além dessas duas instituições fortes, sindicatos e Igreja, o PT também contou, desde o início, com o apoio de outro segmento importante e legítimo da sociedade brasileira: a alta intelectualidade. Assinaram a ficha de filiação do PT, no momento de sua fundação intelectuais do porte do historiador Sérgio Buarque de Holanda, do crítico literário Antônio Cândido, do crítico de cinema e arte Mário Pedrosa, do educador Paulo Freire, o filósofo José Arthur Gianotti e do cientista político Francisco Weffort, este último com uma participação bastante ativa na direção do Partido²².

Outro grupo importante na formação do PT foi a esquerda marxista, pois praticamente todas as organizações da esquerda brasileira, com exceção do PCB,

evitar um retrocesso do regime militar, adotou uma política de conciliação que não era aceita pelos novos movimentos sociais que estavam surgindo na conjuntura da transição. Ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

¹⁸ KECK, Margaret E. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991, p. 90.

¹⁹ COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

²⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de Sociologia Política*. São Paulo: Ática, 1990, p. 14.

²¹ RODRIGUES, *Partidos e sindicatos...*, p. 14.

²² RODRIGUES, *Partidos e sindicatos...*, p. 15.

PC do B e MR-8, ingressaram no PT. Segundo Couto, a posição desses agrupamentos diante do PT variava muito: alguns deles se dissolveram ao entrarem no Partido, outros viam nele um mero abrigo provisório, sem maiores chances de tornar-se um partido revolucionário efetivo. Ele afirma que os agrupamentos de esquerda exerceram papéis ambíguos na formação do Partido. Por um lado, contribuíram muito para sua organização inicial, trabalhando nas campanhas de filiação; mas, por outro, procuraram fechar o Partido ao ingresso de simpatizantes vistos como não confiáveis; e, ainda, em alguns momentos, prendiam-se a questões de princípio provocadoras de discussões intermináveis, prejudicando as deliberações. Para o autor, os agrupamentos esquerdistas também exerceram uma influência difusa na formação das convicções ideológicas partidárias. Pois, a pouca clareza das outras lideranças do PT quanto ao que se entendia por socialismo e democracia, fator presente desde seus primórdios, fez com que o Partido se mostrasse suscetível à influência ideológica dos agrupamentos de esquerda. Assim, uma ideologia de coloração marxista-leninista acabou por permear o partido²³.

Com relação aos parlamentares, outro grupo que participou da formação do PT, e posteriormente, outros ocupantes de cargos eletivos, nunca tiveram uma posição de preponderância no Partido dos Trabalhadores, diversamente do que geralmente ocorre nos outros partidos brasileiros. O parlamentar petista era visto no Partido como um militante, igual a todos os demais, que deveriam não somente subordinar-se politicamente às diretrizes partidárias como ainda contribuir decisivamente para a sobrevivência do PT enquanto organização²⁴. Os parlamentares são obrigados a dar ao Partido significativa contribuição, no valor de 30% de seus rendimentos²⁵. Esta forma de contribuição, além de outras, como a obrigação de ceder funcionários remunerados dos gabinetes para trabalhar no Partido, são demonstrações de força da organização partidária diante de seus representantes no Parlamento. Segundo Resolução do 3º Encontro Nacional, realizado em abril de 1984, o PT deve, com relação aos seus próprios parlamentares:

*[...] estabelecer critérios que norteiem a sua atuação no Parlamento e as suas relações com o próprio Partido. [...] O parlamentar petista não deve ter privilégios, dentro do Partido, por ser um parlamentar, mas também não deve – pela mesma razão – ser discriminado, combatido, penalizado ou visto com corpo estranho ao Partido. O parlamentar petista é um filiado do PT como qualquer outro e, com tal, tem os mesmos direitos e deveres.*²⁶

A mesma Resolução define as funções básicas de um parlamentar petista: a sua intervenção política, no Parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação

²³ COUTO, *O desafio...*, p. 68.

²⁴ COUTO, *O desafio...*, p. 194.

²⁵ Segundo Bayme, “[onde] o grupo parlamentar é particularmente forte, os seus membros freqüentemente se recusam a pagar quotas ao partido” (1987, apud COUTO, *O desafio...*, p. 73).

²⁶ RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos (1979-1998), Partido dos Trabalhadores/ Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 146.

permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e as suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do Partido.

A tentativa das direções partidárias de impor suas decisões sobre a atuação dos membros eleitos do Partido, tanto para cargos no legislativo como no executivo, é motivo de crises entre o Partido e os eleitos. O caso mais dramático foi à saída de alguns deputados federais do Partido que se recusaram a seguir a orientação partidária de votar nulo nas eleições indiretas de 1985 para Presidente da República. Mesmo que, com o passar do tempo, os ocupantes de cargos eletivos tenham conquistado mais autonomia, ainda assim, permaneceu o traço genético de partido de origem externa, orientado mais pela lógica societária da organização extra-estatal do que por uma atuação intra-institucional²⁷. Tanto é assim que várias crises ocorreram entre o Partido e seus representantes para cargos executivos e legislativos durante toda a década de noventa, quando o Partido conquistou várias prefeituras, alguns governos de estado e um grande número de parlamentares.

Couto considera que foi importante o papel dos parlamentares na formação do PT, principalmente no que se refere ao aporte material que estes deram ao Partido em seus primeiros momentos. Mas, segundo o referido autor, não é possível deixar de reconhecer que: primeiro, tiveram um peso menor nos primeiros momentos da agremiação em comparação com as lideranças sindicais, dos movimentos sociais e da esquerda organizada; segundo, desempenhavam um papel claramente subordinado a essas lideranças nos primeiros momentos do Partido; e finalmente, ainda têm muitas dificuldades para uma atuação autônoma diante dessas lideranças.

Segundo ele, para entender as dificuldades dos parlamentares petistas em seu próprio partido e a pouca valorização do Parlamento pelo PT, no início de sua constituição, é preciso considerar além desses fatores genéticos intrapartidários, o contexto mais amplo em que surge o PT e o papel desempenhado pelos parlamentares nesse contexto. O Partido dos Trabalhadores surge durante o ocaso da ditadura militar, um regime em que, muito embora o Parlamento tenha sido mantido, não possuía qualquer poder efetivo. Com a redemocratização do país e a institucionalização cada vez maior do PT, à medida que ia ocupando espaços no aparelho do Estado os parlamentares passaram a ter um maior peso no Partido, tanto pelo apoio financeiro que dão ao mesmo, quanto por se tornarem cada vez mais referências do Partido junto à sociedade, apesar de que ainda é o Partido, no Brasil, com exceção do PC do B, que tem o maior controle sobre as ações de seus parlamentares²⁸.

Como vimos, o Partido dos Trabalhadores, constituído formalmente em fevereiro de 1980, dentro do quadro da reformulação partidária feita pelo regime militar no final dos anos 70, foi criado por algumas forças sociais que surgiram em meados dos anos 70, na luta contra o regime militar e pela redemocratização do país. Assim, o Partido vai ser criado pelos sindicalistas denominados de “autênticos”, que, após as grandes greves do ABC paulista, sentem a necessidade de ter uma

²⁷ COUTO, *O desafio...*, p. 73 e seguintes.

²⁸ COUTO, *O desafio...*, p. 74.

representação política própria; por organizações de base da Igreja Católica, principalmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais; pelas organizações da esquerda clandestina, que haviam feito uma auto-crítica de sua participação na luta armada contra o regime militar e que, naquele momento, procuravam atuar politicamente no movimento sindical, no movimento estudantil, nos movimentos da Igreja, etc.; por parlamentares ligados à esquerda do MDB, que se sentiam marginalizados pelas lideranças deste Partido; e, finalmente, por intelectuais de esquerda, ligados ou não às organizações clandestinas.

O Socialismo Petista

Nos documentos iniciais do PT, a ênfase não está no socialismo e sim na democracia. O socialismo aparece apenas em alguns documentos, às vezes tangencialmente. Uns fazem referência ao socialismo, outros, não. Os documentos produzidos entre 1979 e 1982 são breves, sintéticos e expressam falta de clareza ideológica e sobre os modelos ou paradigmas teóricos²⁹. Por exemplo, a *Carta de Princípios* afirma: “O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”³⁰.

E Luiz Inácio da Silva, em discurso proferido na 1ª Convenção Nacional do Partido, defende “(...) *uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?*”³¹.

No referido “Discurso”, que é hoje um dos documentos oficiais do Partido, Lula também afirma que o PT se recusa a definir previamente um modelo de socialismo:

*O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.*³²

Para Azevedo:

[...] tal imprecisão resulta também da hegemonia dos sindicalistas autênticos. Os grupos e a ideologia leninista da esquerda organizada ainda não tinha grande força no partido, embora a influência já se fizesse sentir. Até os intelectuais optaram por um conteúdo relativamente vago e indefinido. Assim postergaram-se decisões sob a justificativa de que

²⁹ AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995, p. 24 e seguintes.

³⁰ RESOLUÇÕES..., p. 54.

³¹ RESOLUÇÕES..., p. 114.

³² RESOLUÇÕES..., p. 114.

*poderiam vir ‘com o tempo, democraticamente dos próprios trabalhadores’.*³³

Entre este período inicial e 1987, quando o PT procurou definir, em seu V Encontro Nacional, o tipo de socialismo que defendia, houve um crescimento da influência ideológica da esquerda organizada no Partido, com o conseqüente fortalecimento do discurso e dos paradigmas leninistas. As Resoluções produzidas a partir de 1987 são textos longos, prolixos, em que predominam conceitos e pensamentos marxistas, em decorrência da hegemonia conquistada pela esquerda organizada, quer sob o aspecto organizacional, quer sob o aspecto ideológico. Pois, apesar dos sindicalistas não terem perdido sua importância, passaram a dividir a liderança e o comando do Partido. Assim, enquanto nos documentos iniciais, a idéia central era a democracia, nas Resoluções políticas do V, VI e VII Encontros Nacionais do PT, a questão central passou a ser a relação entre o socialismo e a democracia³⁴.

No seu V Encontro Nacional, o Partido afirma: “*A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT*”³⁵. Em seguida, a Resolução do referido Encontro diz que, embora a questão da tomada do poder não esteja colocada na ordem do dia, é fundamental que o PT não apenas se construa como um partido que tem por objetivo a construção do socialismo, mas que se apresenta para toda a sociedade como um partido socialista. Isso significa que uma das tarefas fundamentais do Partido é a luta pela constituição do movimento dos trabalhadores como um movimento claramente socialista, de generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores.

Azevedo, afirma que, mesmo após as resoluções elaboradas a partir do V Encontro Nacional, onde se procurou definir o socialismo petista:

*A forma como o PT pretende levar a sociedade brasileira ao socialismo não é clara. Há, tanto passagens em que se afirma, com todas as letras, que só se chega ao socialismo com o apoio e a concordância da maioria dos cidadãos, quanto outras em que não está menos explícita a concepção leninista segundo a qual a via é obrigatoriamente a de ruptura, alheia aos processos eleitorais.*³⁶

Além dessa indefinição quanto à forma de se chegar ao socialismo, não há clareza a respeito das estruturas econômicas e instituições do socialismo.

Para Azevedo, um dos grandes problemas para a formulação do socialismo petista, que ele afirma que tem que ser democrático, é que:

Embora o PT, desde sua fundação, condene o stalinismo e a social-democracia, anunciando o ‘socialismo democrático’, na verdade não

³³ AZEVEDO, *A estrela partida...*, p. 32.

³⁴ AZEVEDO, *A estrela partida...*, p. 36 e seguintes.

³⁵ RESOLUÇÕES..., p. 321.

³⁶ AZEVEDO, *A estrela partida...*, p. 57.

*foi capaz, até hoje, de formular um projeto político ao mesmo tempo socialista e democrático (ou democrático e socialista) [...], quando o PT é democrático não é socialista, e quando é socialista não é democrático.*³⁷

Na verdade, a grande dificuldade para o PT é que, embora ele procure fugir dos paradigmas formuladores das teses socialistas da Europa, está permeado por essa cultura política. Então, quando ele tenta se afastar das teses leninistas, tentando formular um socialismo democrático, se aproxima das teses social-democráticas que ele também renega, tanto por seu estigma de “traição” ao socialismo revolucionário, quanto por não considerá-lo verdadeiramente socialista. E quando ele se aproxima de teses leninistas, percebe que elas contêm elementos não democráticos, principalmente tendo em vista a experiência do “socialismo real”, que o Partido também renega, apesar de que alguns de seus setores consideram que estes elementos anti-democráticos estejam ligados ao stalinismo e não ao leninismo.

Outro fato que marcou profundamente o PT, durante sua trajetória, foi à queda do “socialismo real”, no Leste Europeu. Apesar do Partido sempre procurar se distanciar do modelo de partido leninista e criticar a falta de democracia nos países ditos socialistas, foi condescendente com este regime, e com ele manteve relações fraternas³⁸. Para Eugênio Bucci, ex-diretor da revista teórica do PT, a *Teoria e Debate*, “Durante os anos 80, o PT, [...] enviava algumas dezenas de seus quadros para cursar alguns programas ‘marxistas’ na Alemanha Oriental, governada por burocratas corruptos, cujo partido já foi chamado de ‘partido irmão’ em encontros oficiais do PT”³⁹.

Segundo Lyra, mesmo o PT criticando, desde sua fundação, os regimes do “socialismo real”:

*[...] tais críticas, [...] se restringem aos aspectos burocráticos e à ‘ausência de democracia’ no ‘socialismo real’. A matriz deste sistema - a Revolução Russa e o bolchevismo sob Lênin - não é contestada por nenhum setor expressivo do Partido. Questionam-se apenas as ‘deformações’ e os ‘desvios’ em relação ao projeto original, surgidos no processo de consolidação dos ‘regimes socialistas’.*⁴⁰

O autor citado também afirma que: “(...) a condenação, em tese, pelo PT, da dissociação entre socialismo e democracia, não o impediu de avaliar, durante o

³⁷ AZEVEDO, *A estrela partida...*, p. 3.

³⁸ LYRA, Rubens Pinto. “O impacto da falência dos regimes do Leste Europeu no Partido dos Trabalhadores”. In: DINIZ, Eli *et al* (orgs.). *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90*. São Paulo: Hucitec/ ANPOCS/ IPEA, 1994, p. 129.

³⁹ BUCCI, Eugênio. “Nós que amamos tanto as reformas”. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 14, abr./ mai./jun. 1991, p. 45.

⁴⁰ LYRA, “O impacto...”, p. 128.

*período de vigência dos regimes do Leste europeu, tais regimes, procedimento que [...] continua a adotar em relação a Cuba*⁴¹.

Após o 1º Congresso do Partido, realizado em 1991, é que o PT faz uma crítica mais contundente dos regimes burocrático-estatais. Nesta ocasião, rejeita um dos principais dogmas deste regime, a ditadura do proletariado, segundo Resolução do referido Congresso:

*[...] democracia para nós, é simultaneamente meio e fim. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão a ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores.*⁴²

Mas, mesmo nesta ocasião, dois anos após a derrocada destes regimes, o PT ainda afirma que eles proporcionaram “avanços” políticos e sociais, apesar de não terem resolvido questões como a liberdade individual. Também não chegou, ainda, a criticar, de forma mais veemente a “matriz teórica” que “gerou” tal sistema político e econômico.

Azevedo questiona se o PT, de fato, abandonou o leninismo e conclui que não se pode afirmar isso, pois ele continua defendendo a tese do “acúmulo de forças”. Para ele, “o problema permanece, pois ou bem se aceita o jogo democrático ou se acumulam forças para a revolução. O PT não exclui nenhuma das duas hipóteses”. O autor considera que, ainda no I Congresso, o PT continua desconfiado da democracia representativa⁴³. Contudo, as principais propostas do PT, apresentadas no Programa de governo de 1994⁴⁴, se adequam ao modelo social-democrata, porém, “paradoxalmente, o próprio PT desqualifica suas propostas. Afinal, ele mesmo rejeita o modelo social-democrata que, embora sem assumir, defende”⁴⁵. Oficialmente, o PT não se aceita como um partido social-democrata e o I Congresso reafirma essa posição: “(...) o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira”⁴⁶.

No II Congresso do Partido em 1999, no que se refere à questão do socialismo, ele apenas reafirma o que tinha sido decidido no seu 7º Encontro Nacional e no I Congresso. O mesmo vai acontecer nos Encontros Nacionais seguintes⁴⁷. Será no seu III Congresso Nacional, realizado em 2007, que o Partido irá mais uma vez se deter de forma mais detalhada sobre a referida temática, porém sem avançar de forma substancial no que tinha sido definido anteriormente.

⁴¹ LYRA, “O impacto...”, p. 129.

⁴² RESOLUÇÕES..., p. 499-500.

⁴³ AZEVEDO, *A estrela partida...*, p. 199.

⁴⁴ No Programa de Governo para Presidência da República de 1998 e no de 2002, quando o Partido conseguiu eleger o Presidente da República, seu programa tomou cada vez mais contornos social-democrata.

⁴⁵ AZEVEDO, *A estrela partida...*, p. 240.

⁴⁶ RESOLUÇÕES..., p. 502.

Ele vai reafirmar mais uma vez as resoluções anteriores, mas vai procurar avançar em alguns princípios. O Partido vai considerar que sua experiência no governo federal está contribuindo para o acúmulo de forças no sentido do socialismo:

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma Nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático.⁴⁸

Também reafirma o socialismo petista diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX não tem uma matriz política ou filosófica única, abrangendo ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda e mantém seu compromisso com a democracia:

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas - individuais e coletivas - com os direitos econômicos e sociais.⁴⁹

Um campo onde esta resolução do III Congresso procura avançar em relação às anteriores é no que se refere à organização econômica da sociedade, pelo menos afirmando alguns princípios gerais:

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma

⁴⁷ O PT realizou Encontros Nacionais nos anos de 2001, 2002 e 2005.

⁴⁸ RESOLUÇÕES..., p. 5 e seguintes.

⁴⁹ RESOLUÇÕES..., p. 8-9.

agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial [...].

*O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.*⁵⁰

Outro elemento bastante acentuado nas resoluções do citado Congresso é a afirmação da luta contra a discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas e o compromisso com uma sociedade ambientalmente sustentável.

Conclusão

Consideramos um ponto positivo nas formulações do socialismo petista o fato de ele não ter um modelo previamente definido, que seria aplicado em qualquer realidade social do mundo, mas considerar que esta construção será definida na luta cotidiana dos setores oprimidos da sociedade capitalista. Outro ponto importante, é seu o seu compromisso com a democracia, com a pluralidade de idéias, liberdade de expressão e a defesa dos direitos das ditas “minorias”.

No entanto, um fato que se coloca é se o PT, a partir das mudanças que vem sofrendo, a partir de meados dos anos de 1990, mas principalmente depois da ascensão a presidência da República, tais como o processo de burocratização, a diminuição da participação da militância na vida interna do partido, a crise ética a partir das denúncias de corrupção, que o torna cada vez mais parecido com outras legendas brasileiras, terá condições de, um dia, implementar um sistema diferente do capitalismo no Brasil. Ou se todas as suas resoluções sobre socialismo se tornarão apenas “letra morta”. Isto o futuro responderá de forma definitiva.

Tendemos a achar que independente das mudanças que o governo petista venha a fazer na política econômica, ou das reformas no campo social, neste mandato ou noutros vindouros, uma coisa parece certa, ele não irá fazer rupturas com a ordem capitalista, como tanto temia a elite brasileira e desejavam os militantes que construíram o Partido. O mais provável é que o Partido no governo, tenha uma trajetória parecida com a da social democracia européia⁵¹, ou seja, realize reformas que beneficie os menos favorecidos e vá aos poucos deixando de questionar o sistema capitalista e que o socialismo para ele se torne apenas “um movimento ético”, que busca maior justiça social no interior do capitalismo.

⁵⁰ RESOLUÇÕES..., p. 9-10.

⁵¹ Para uma análise da trajetória da social-democracia européia, ver: PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. E para uma análise da esquerda européia como um todo, ver: ANDERSON, Perry & CAMILLER, Patrick (orgs). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

RESUMO

Este trabalho aborda a forma como o Partido dos Trabalhadores (PT) vem formulando suas concepções de socialismo de sua fundação até o último Congresso do Partido realizado em 2007. O PT foi criado por algumas forças sociais que atuavam nos anos de 1970, na luta pela redemocratização do País: sindicalistas, organizações de base da Igreja Católica, organizações de esquerda clandestina, parlamentares ligados a esquerda do MDB, e, finalmente, por intelectuais da esquerda clandestina, parlamentares ligados a esquerda do MDB, e, finalmente, por intelectuais de esquerda, ligados ou não às organizações clandestinas. O partido nunca definiu-se como marxista como a maioria dos partidos e das organizações de esquerda no Brasil, portanto, não tem uma formulação de socialismo “previamente elaborada”. Nos seus primeiros documentos oficiais, o Partido, apesar de se declarar socialista, dá mais ênfase à democracia do que ao socialismo e sempre afirma que o modelo de socialismo que ele pretende implantar será construído pelos trabalhadores nas suas lutas diárias, apesar de sofrer influência nas suas formulações do modelo do “socialismo real”.

Palavras-Chave: Partido dos Trabalhadores; Partidos Políticos; Socialismo.

ABSTRACT

This work is about how the Workers Party (PT) has been reformulating its conceptions of socialism from its foundation until the Party last meeting in 2007. PT Has been created by some social forces that actuate during the 70's for re-democratization in Brazil, syndicalists, ground organization from Catholic Church, organizations of underground left, parliamentarians from left MDB and, finally with left intellectualists linked or not to underground organizations. The Party has never defined itself as Marxist as most of the parties and left organization in Brazil did, and, therefore, doesn't have a “previously elaborated” formulation of socialism. On its earlier official documents, despite of declaring itself as socialist, the Party has given more emphasis to democracy than to socialism itself, and has always affirmed that the socialist model it intends to install in the Country will be constituted by the workers and their daily struggles, even though it will be influenced by its formulations of the “real socialism” model.

Keywords: Worker's Party; Political Parties; Socialism.